UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS
CURSO DE HISTÓRIA

LEONARDO TSUYOSHI HASHIDA

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: A FAMÍLIA REAL DENTRO DO PROCESSO

Sorocaba/SP
2022

LEONARDO TSUYOSHI HASHIDA

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: A FAMÍLIA REAL DENTRO DO PROCESSO

Trabalho de Conclusão de curso, apresentado como exigência parcial, para obtenção do Diploma de graduação em História, da Universidade de Sorocaba.

Orientador: Prof. Dr. Walter Cruz Swensson Junior

Sorocaba/SP
2022

Sumário

1. INTRODUÇÃO....4
2. BREVE HISTORIOGRAFIA DA INDEPENDÊNCIA....5
3. A TRANSFERÊNCIA....9
3.1 A FAMÍLIA REAL....12
4. O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA....18
4.1 A NOVA CONDIÇÃO DA COLÔNIA BRASILEIRA E SUA ELEVAÇÃO A REINO....20
4.2 AS REVOLUÇÕES E O ACIRRAMENTO DAS FORÇAS DENTRO DO REINO 23
4.3 A FAMÍLIA REAL COMO CENTRO DO PROCESSO....27
4.4 A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA....27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS....29
REFERÊNCIAS....30

1. INTRODUÇÃO

A transferência da Família Real para o Brasil em 1808 marca uma verdadeira guinada na colônia. Instalado o governo joanino no Brasil, temos mudanças estruturais não apenas no território americano, mas no Império Português como um todo.

Desde então, temos a colônia brasileira assumindo uma nova condição dentro do próprio reino, ao mesmo tempo que acontece um distanciamento cada vez maior entre Portugal e sua monarquia. O acirramento entre estes dois territórios, pelos benefícios e pelo fundo simbólico que representa a figura monárquica, terminará na Independência do Brasil em 1822.

Dentro deste processo, o que encontramos é a Família Real exercendo fundamentalmente o centro dos acontecimentos entre Brasil e Portugal. Em outras palavras, suas atitudes a frente do governo neste período criam novos parâmetros para ambos os territórios. As instituições criadas pela Corte no Brasil durante sua estadia no Rio de Janeiro, alçam a colônia a uma nova posição, esta, a de reino junto a Portugal e Algarves logo em 1815. Por outro lado, as medidas, dentre as quais a abertura econômica da colônia, afetarão profundamente um Estado português já em grave crise desde a virada do século.

Seja como for, o fato é que a história da Independência do Brasil está intrinsicamente ligada a Família Real, assim como a história da Família Real, especificamente considerada neste período, está ligada ao Brasil. Com a transferência, temos a inauguração de novas situações e a introdução novos personagens, além de figuras, já conhecidas até então, assumindo novas posturas, caso do próprio príncipe regente, d João VI. As consequências proporcionadas por este outro cenário é o que levará, em última instância, a separação entre Brasil e Portugal.

2. BREVE HISTORIOGRAFIA DA INDEPENDÊNCIA

Neste ano de 2022, a independência brasileira completa seus 200 anos, um tempo relativamente curto para a História, mas que trouxe em diferentes momentos das historiografias tanto de Brasil quanto de Portugal perspectivas variadas sobre o tema. Para este trabalho, é importante que tenhamos em mãos algumas considerações prévias sobre o que se disse sobre a emancipação brasileira, no intuito de contextualizar melhor os pontos de discussão que abordaremos nos capítulos seguintes.

Para começar, podemos colocar que Portugal sempre teve uma relação conflitiva com a Independência. Por muito tempo, a historiografia do país tratou a separação como resultado da fragilidade de uma monarquia debilitada e de um sistema decadente no início do século XIX. Na contramão, o Brasil pós independência tomou para si a emancipação como símbolo de um projeto nacional, atribuindo prestígio aos seus personagens e suas atitudes. Podemos chegar à conclusão, portanto, que num primeiro momento cada país tratou da Independência a partir de seus prejuízos ou de seus benefícios com a separação, tendo o Brasil ficado com a história dos "vencedores" e Portugal com a história dos "vencidos". É um ponto interessante, mas que não explica tudo.

No caso português, os próprios ideais propagados pela Europa neste período fizeram com que a história da Independência do Brasil fosse tratada de uma maneira mais dura pelos autores locais. Portugal era um dos bastiões daquilo que depois ficou consagrado como Antigo Regime[1], este, definitivamente em queda com o avento do iluminismo europeu, e depois levado a cabo pelos movimentos revolucionários eclodidos por todo o Ocidente pós Revolução Francesa de 1789. Isso, atrelado à atitude da Corte de se transferir para o Brasil, desgastando ainda mais o prestígio da monarquia entre seus súditos, impactaram grandemente naquilo que se escreveu depois sobre o país.

Se no Brasil figuras como D. João VI ficaram marcadas nas primeiras décadas que se seguiram a Independência como grandes personagens, em Portugal, e no resto da Europa, ficaram lembradas como fracas ou covardes. Para dois

[1] Em termos gerais, caracterizamos por Antigo Regime o velho sistema monárquico, mercantilista, absoluto e construído sobre uma estrutura religiosa, desenvolvido durante o período medieval, em queda durante o iluminismo, e simbolicamente derrubado pela Revolução Francesa de 1789.

pesquisadores da Universidade Nova de Lisboa, Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, sobre a caricatura produzida a respeito do regente:

> "Essa representação tem muito a ver não só com as convulsões do tempo em que viveu, mas também com o fato de ter sido o último rei absoluto. A história que viria a legar a sua imagem foi em sua maior parte escrita de um ponto de vista liberal e até republicano, no final do século XIX e no começo do XX. A censura e o menosprezo por d. João VI procedem também de uma posição crítica à dinastia de Bragança, quando não à própria monarquia. Ele torna-se a personificação de todos os supostos vícios da Casa Real e sobre ele recaem todas as acusações que lhe são dirigidas. (PEDREIRA; DORES COSTA, 2008, p. 19)"

No Brasil, o tema tomou caminhos diferentes. Aqui, a Independência foi tratada como um embrião de nacionalidade. Obras como a *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil* de José da Silva Lisboa – encomendada por D. Pedro I ainda no primeiro reinado – e a *História da Independência do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen trabalharam neste sentido. Neste período, assim como outros países da Europa, o Brasil se preocupou com a consolidação do Estado-nação; para tanto, também foram criadas instituições que contribuíram neste processo, dentre elas o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1838, durante o período regencial.

Ainda no século XIX, outros autores também se destacaram, divergindo entre as opiniões, mas sustentando a narrativa nacional, através dos trabalhos de Euclides da Cunha, Rocha Pombo, Luís Antônio Vieira da Silva, João Manuel Pedreira da Silva e Manuel Bonfim. Como bem coloca João Paulo Pimenta, professor do departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), "[...] as primeiras versões da Independência não estavam tão interessadas tanto em compreendê-las, mas principalmente em justificá-la [...] (PRIMENTA, 2022)".

Passados cem anos da Independência, outros autores trouxeram novos argumentos para o debate, mas conservaram o nacionalismo do discurso. Dentre as principais obras escritas, ficaram conhecidas as duas de Manuel de Oliveira Lima (1867 – 1928), *O Movimento da Independência* (1922) e *D. João VI no Brasil* (1908), que procuraram, em certo sentido, redimir figuras criticadas, dentre elas D. João VI. Á sua figura, por exemplo, foi-lhe atribuída virtudes, colocada no seu contexto, explicadas as suas faltas e os seus sucessos, dentre os quais, na sua opinião, a sua opção pela transferência para o Rio de Janeiro, abrindo as possibilidades para que o Brasil se tornasse independente posteriormente. Nas palavras de João Paulo

Pimenta, o centenário da Independência “[...] tendeu a renovar os aspectos laudatórios e nacionalistas da historiografia oitocentista [...] (PIMENTA, 2022)”.

A década de 1920 também trouxe reflexões acerca do passado, presente e futuro brasileiros. Aqui, ganharam corpo os trabalhos *Pedro I e o grito da independência* (1921), de Francisco de Assis Cintra, *Cem anos da Independência* (1922), de Max Fleiuss, *Grandes vultos da independência* (1922), de Affonso de Taunay e *História do Império: a elaboração da Independência* (1927), de Tobias Monteiro.

Já a partir da década de 1930, o debate historiográfico no Brasil tendeu para a renovação. Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior e Gilberto Freyre procuraram através do passado colonial explicações para os problemas do presente através de uma análise social. Essa historiografia se deslocou aos poucos dos aspectos laudatórios da Independência, depois retomada pelo período da ditadura militar. As contribuições destes autores influenciariam grandemente as produções seguintes; já na segunda metade do século, veríamos uma nova geração surgindo, mais crítica e mais preocupada com os contextos de cada momento, como Florestan Fernandes, Octávio Tarquínio de Sousa, Raimundo Faoro e Nelson Werneck.

É importante salientar que a historiográfica brasileira, naturalmente, acompanhou o desenvolvimento político do país. Foi assim que durante o período imperial, durante as primeiras décadas da república e durante a ditadura militar se favoreceu o discurso nacional. A História do Brasil, pós ditatura militar, favoreceu argumentos mais críticos no campo historiográfico, ganhando corpo através das universidades. Fernando Novais, Maria Odila da Silva Dias, Carlos Guilherme Mota e Emília Viotti da Costa, também foram autores que contribuíram para este processo. Ademais, temos também a obra de José Honório Rodrigues, *Independência: revolução e contrarrevolução*, publicada na década de 1970 em cinco volumes.

O aspecto crítico também abriu espaço para que se trouxesse de volta para os setores de produção cultural os discursos caricaturescos da Independência. Logo em 1995, foi ao ar o filme de Carla Camurati – *Carlota Joaquina, princesa do Brasil* – em que sustentava uma casa real, cá no Brasil, recheada de vícios, sobretudo incorporados pela princesa Carlota Joaquina, colocada como adúltera e controlada pelos apetites sexuais, e pelo príncipe regente, d. João VI, apresentado como uma figura grotesca, sem virilidade e pouca personalidade. Nos mesmos termos foi às telas a série televisiva *O quinto dos infernos* em 2002, que também explorou os aspectos

caricaturescos do casal. Em 2007, Laurentino Gomes, ganhador do Prêmio Jabuti – entregue pela Câmara Brasileira do Livro – publicou seu livro (*1808*), cujo subtítulo era "*Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*", e que chegou a vender mais de um milhão exemplares no país.

Dentre outros trabalhos do período - estes mais preocupados com a análise histórica, sustentados por um grande escopo de documentos - também podemos colocar os de Jurandir Malerba, *Independência brasileira: novas dimensões* (2006); István Jancsó, *Independência: história e historiografia* (2005), e Wilma Peres Costa em conjunto com Cecília Helena Oliveira, *De um império a outro: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX* (2007).

Notamos, portanto, que historiografia da Independência variou muito de época para época e de região para região, condicionada pelas situações específicas de cada momento, ora nacionalista, ora mais crítica. Dentro deste processo, muitos foram os argumentos levantados pelos dois lados dos quais podemos enxergar determinadas figuras, ou acontecimentos, como grandiosos, irrelevantes, ou até mesmo medíocres.

Apesar das divergências, porém, existe um aspecto interessante que diz respeito justamente ao tema deste trabalho. Para o bem ou para o mal, todos os autores parecem concordar que a transferência da Família Real e sua estadia no Brasil, com todos os seus personagens, foi fundamental para o processo de emancipação. A historiografia, ora nacionalista ora crítica, sempre procurou no tema explicações para seu ponto de vista. Tendo por base essa discussão historiográfica podemos compreender melhor algumas das questões levantadas sobre a independência nestes 200 anos de história.

3. A TRANSFERÊNCIA

Compreendido brevemente um pouco do debate historiográfico da Independência, podemos começar nosso trabalho. Uma das primeiras coisas que precisamos analisar é o motivo da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, e como isso modifica a situação da monarquia portuguesa no campo externo e interno do reino. A reposta, para além de nos ajudar a entender o problema, nos dará subsídios para compreender as primeiras atitudes do governo instalado no Rio de Janeiro.

A transferência da Família Real acontece dentro do contexto das guerras napoleônicas e dos confrontos militares entre franceses e ingleses. A França, na sua disputa com a Inglaterra, entre o final do século XVIII e início do XIX, pelo posto de potência hegemônica europeia e mundial (SCHWARCZ; STARLING, 2018), colocou em prática, pós Revolução Francesa (1789), uma política de expansão, territorial e diplomática, afetando Portugal, que constituía um posto estratégico nessa contenda. A pressão dos dois lados para que os portugueses tomassem partido forçou a neutralidade do Estado. O agravamento do cenário, porém, com o ataque arquitetado por Napoleão contra o território português em 1807, colocou a Corte em xeque, ficando decidida a transferência da monarquia para o Brasil.

Aqui surgem as nossas primeiras perguntas: diante do ataque francês, Portugal poderia ter revidado? Ou ao contrário, por que não uma aliança com a França para evitar o ataque? Na qualidade de trabalho historiográfico, é difícil trabalhar com suposições. O que podemos dizer é que Portugal no início do século XIX era um reino com muitas debilidades. O Império já não tinha mais a mesma pujança do período das navegações, e sua economia dependia largamente dos produtos da colônia brasileira. Seu setor militar tinha poucos recursos, e internamente, no seu setor administrativo, padecia de uma crise política, como comentaremos nas próximas páginas.

Em outras palavras, Portugal não tinha meios para arbitrar no cenário europeu, e entre os conselheiros do reino, apesar das divergências políticas[2], era consenso de que Portugal não suportaria uma investida, fosse de França, fosse de Inglaterra.

[2] Em Portugal, durante o período conflituoso entre França e Inglaterra, se estabeleceu uma polarização política dentro do reino, que dizia respeito a qual lado se aliar. Neste contexto, o partido francês, encabeçado por Antônio Araújo de Azevedo, defendia aproximações com o gabinete de Napoleão. Já o partido inglês, do qual era representante d. Rodrigo de Sousa Coutinho, sustentava aproximações com a Inglaterra.

Antônio Araújo de Azevedo, um dos ministros de d. João VI, e que sustentava uma posição de aliança com a França, definia a situação nos seguintes termos:

> "Tenho por princípio que toda e qualquer guerra nos será sempre muito nociva e uma das principais razões em que me fundo é que as forças de Portugal consistindo nas suas colônias a despovoação do reino produzida pelas hostilidades pode causar a ruína do Estado. (DORES COSTA, PEDREIRA, Apud PINTASSILGO, 2008, p. 89)"

Dentro do debate historiográfico, por muito tempo se discutiu se essa transferência foi uma fuga ou uma retirada estratégica. Diga-se de passagem, podemos coalizar as duas ideias, já que uma não necessariamente exclui a outra. Para João Paulo Pimenta:

> "[...] a transferência da Corte ao Brasil foi as duas coisas ao mesmo tempo: uma fuga estratégica. A história dos enfrentamentos militares sempre foi prenhe de exemplos de situações similares nas quais fugir, recuar e evitar o embate foi tido como meio inteligente e eficaz para, em seguida, infligir a derrota ao inimigo (como o momentâneo abandono de Moscou pelo exército russo nas Guerras Napoleônicas). Além disso, a fuga da corte ao Brasil não significou uma fuga da guerra em si, que aliás foi travada em Portugal em sucessivos e diferentes momentos até 1814. (PIMENTA, 2022, p. 57)"

Também temos que considerar que não era a primeira vez que a possibilidade de transferência da Corte era cogitada. Na verdade, a sugestão já tinha aparecido em momentos difíceis do reino na Europa. A medida tinha sido aventada por Pombal em 1762, durante a Guerra dos Sete Anos, e depois pelo marquês de Alorna em 1801, durante a Guerras das Laranjas.

Alorna em carta dirigida ao príncipe, dizia:

> "A balança da Europa está tão mudada que os cálculos de há dez anos saem todos errados na era presente. Em todo o caso[,] o que é preciso é que VAR continue a reinar, e que não suceda à sua coroa o que sucedeu a Sardenha, à de Nápoles e o que talvez entra no projeto das grandes potências que suceda a todas as coroas de segunda ordem na Europa. (PEDREIRA; DORES COSTA, Apud LIMA, 2008, p. 98)"

Na sua conclusão, colocava que:

> "Portanto é preciso que VAR mande armar com toda a pressa todos os seus navios de guerra, e todos os de transporte, que se acharem na praça de Lisboa – que meta neles a princesa, os seus filhos, e os seus tesouros, e que ponha tudo pronto a partir sobre a barra de Lisboa. (PEDREIRA; DORES COSTA, Apud LIMA, 2008, p. 98)"

Dois anos depois, diante do agravamento da crise europeia pelas guerras napoleônicas, d. Rodrigo de Sousa Coutinho, conselheiro do reino, e que ao contrário de Antônio Araújo de Azevedo sustentava aproximações com a Inglaterra, também deu seu parecer:

> "Quando se considera que Portugal por si mesmo muito defensável, não é a melhor, e mais essencial parte da monarquia; que depois de devastado por uma longa e sanguinolenta guerra, ainda resta ao seu soberano e aos seus povos o irem criar um poderoso império no Brasil, donde se volte a reconquistar o que se possa ter perdido na Europa, e donde se continua uma guerra eterna contra o fero inimigo, que recusa reconhecer a neutralidade de uma potência, que mostra desejar conservá-la. (LIMA; 2006, p. 44)"

Em 1806, a transferência foi mais uma vez sugerida, dessa vez pela Inglaterra. Lorde Rosslyn, encarregado da missão diplomática, deveria intimar a Corte portuguesa a tomar partido, oferecendo apoio militar na defesa da integridade do Estado e uma esquadra para acompanhar a Família Real até o Brasil. Caso as sugestões falhassem, tinha autorização para ameaçar militarmente Portugal, além de bloquear suas comunicações com a colônia brasileira através de um bloqueio marítimo, abrindo espaços para possíveis hostilidades. As conversas só foram atenuadas graças as movimentações de Antônio Araújo de Azevedo, que trabalhando para a neutralidade do Estado conseguiu fazer com que os britânicos recuassem em fins de setembro.

Neste sentido, podemos considerar a transferência da monarquia como conturbada, mas não como uma surpresa. Toda essa situação, porém, serve bem para ilustrar a posição do império português dentro do cenário geopolítico europeu, condicionado pelos eventos externos, e com muitas dificuldades para tomar uma decisão entre aliança, guerra, ou transferência. Na verdade, Portugal levou sua neutralidade até as últimas consequências, postergando sua resposta em definitivo e tentando apaziguar as duas forças. A neutralidade só foi quebrada quando de fato não se tinha mais recursos nem diálogo.

Em 1807, Napoleão perdeu a paciência com as respostas pouco objetivas da Corte portuguesa. Em 27 de outubro, a França assinou o Tratado de Fontainebleau com a Espanha, no que ficava prevista a retaliação do território português[3]. As tropas

[3]A parte setentrional (Entre-Douro e Minho) seria entregue a rainha da Etrúria, o Sul (Alentejo e Algarve) para Manuel de Godoy, ministro de Carlos IV, e o resto ficaria para o Estado francês.

comandadas pelo general Junot entraram em Portugal no dia 19 do mês seguinte. Cinco dias depois, o Conselho de Estado de Portugal se reuniu pela última vez. A oficialização das decisões da Corte veio a público no dia 26, através de um decreto que também indicava uma junta de governadores encarregada da administração do Estado após a partida. No dia 27 a Corte embarcou, e no dia 29 a frota régia partiu para o Brasil.

Se levarmos em consideração como aconteceu a retirada da Família Real de Lisboa, já com as tropas de Junot muito perto da capital, não é possível esconder seu caráter de fuga, mas como coloca João Paulo Pimenta, também foi de ordem estratégica. Hoje se tem conhecimento que as tropas francesas não tinham o mesmo poderio de outras batalhas travadas pelos exércitos de Napoleão. Todavia, não podemos julgar o caso isoladamente, existia uma situação que, na época, dizia para Portugal o contrário.

Seja como for, fuga ou retirada estratégica, os dois foram argumentos levantados durante a história não tanto para explicar, mas para legitimar determinados pontos de vista, como vimos anteriormente.

Já no Brasil, as primeiras medidas do governo joanino nasceram da necessidade de readequação do reino dentro deste cenário geopolítico. Em outras palavras, a transferência inaugura uma situação completamente nova para a monarquia e para seus personagens. A própria Família Real em si, tem muitas mudanças de postura, menos defensiva e apática como na Europa.

3.1 A FAMÍLIA REAL

A primeira consideração que precisamos fazer sobre a Família Real, é com relação a sua própria constituição. Os personagens que desembarcam no Brasil em 1808 são: D. Maria I, rainha de Portugal; suas irmãs, Maria Francisca e Mariana; seu filho, D. João VI, príncipe regente; Carlota Joaquina sua esposa, e suas filhas. No séquito que compõe este cenário, também estavam acompanhados ministros, burocratas, conselheiros, e quem mais conseguiu embarcar às pressas nos navios que partiram de Lisboa no dia 29 de novembro. A segunda, é que este grupo de personagens tem certas características na Europa, e outras no Brasil.

Começando pela Europa, precisamos salientar que a Casa Real de Bragança teve muitas dificuldades para se afirmar no poder. Primeiro porque a queda política

de Pombal deixou um grande vácuo no trono ainda na segunda metade do século XVIII, seguido do reinado de D. Maria I, que revogou muitas de suas políticas, colocando sua figura no ostracismo. O período foi encarado pelas pessoas conscritas nas relações de poder do Estado como um momento de retrocesso no reino, acarretando numa crise do poder central pelas disputas entre as oposições dentro do aparelho administrativo.

Para piorar, o Príncipe do Brasil, que não era d. João VI, mas sim D. José, primogênito de D. Maria I, e portanto sucessor ao trono, nem chegou a governar, tendo morrido prematuramente em 1788. Quatro anos depois, a rainha foi afastada do trono pelo próprio Conselho de Estado, sendo substituída pela regência informal de D. João VI, sob alegações de problemas de saúde que lhe valeram depois a praxe de “louca”. Em outras palavras, a Família Real que se constitui em Lisboa antes da transferência, e neste caso o governo regencial, se tornou, pelas sucessivas infelicidades, símbolo de fragilidade e instabilidade. Para dois pesquisadores da Universidade Nova de Lisboa, Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa:

> “A situação da regência foi invariavelmente uma situação de fragilidade da monarquia. A interinidade suscitava maior dificuldade em dirigir os conflitos e as rivalidades. A fonte de autoridade era imperfeita. Mesmo que fosse escassa a capacidade pessoal do monarca, as ordens que seus ministros lhe davam para assinar ganhavam, apesar de tudo, uma força superior às ordens emanadas de um regente. (PEDREIRA; DORES COSTA, 2008, p. 79)”

Como colocam os dois pesquisadores, portando, o que temos neste momento é o Conselho assumindo o centro das decisões políticas do Estado, e não mais a figura do rei, ou neste caso, do regente. O próprio afastamento da rainha serve bem para exemplificar essa questão.

Especificamente falando sobre D. João VI, sua figura aparece como uma das mais emblemáticas da historiografia da Independência. Desacreditado em Portugal, sempre a sombra das expectativas do governo que não aconteceu com D. José, sua personalidade se mostra contraditória no meio de tensões de uma Europa em crise. A historiografia por muito tempo se dedicou em mostrar várias de suas supostas faces, ora caricaturesca, ora como heroica; ao que se sabe, o príncipe de fato teve muitos problemas para o conduzir a regência, por vezes apático e conivente com as disputas dentro da Corte, mas também não foi um “bonachão” como colocam os cartunistas. No que previa a formação dos príncipes da Casa de Bragança, D. João VI foi educado

para, no mínimo, se inteirar das coisas do governo. Evidentemente, pelo próprio contexto interno e externo conturbados, pelas infelicidades familiares, criou-se um tipo de ambiente na Corte propício para críticas, condenações e instabilidade.

No entender de Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa:

> "Na corte de Lisboa proliferavam as manobras dos partidários da capitulação perante a França ou da imediata cessão aos aliados britânicos, que se entreteciam com as intrigas que opunham os defensores de um governo aristocrático, em nome da tradição, aos supostos continuadores do estilo de governo pombalino, em nome da reforma. No meio, o príncipe regente, procurando sempre a composição, de tal modo que, mesmo quando uma facção predominava no gabinete, nunca predominava completamente. Essa busca por equilíbrio, assim como a decisão de não decidir em política externa, fizeram coincidir o plano das imagens o caráter do príncipe com o do jeito de governar – aparentemente marcado por hesitações e deferimentos. Dele ficou a imagem pusilânime e irresoluto, quando não de néscio e alienado dos negócios do Estado. As circunstâncias em que assumira a regência – a quem não faltou alguma controvérsia – e o seu prolongamento contribuíram para reforçar essa imagem do poder fraco de um fraco regente, que os adversários do momento sempre exploravam. (PEDREIRA; DORES COSTA, 2008, p. 11)"

A título de exemplo claro de contestações de sua autoridade, temos a Conspiração dos Fidalgos de 1805. Como se sabe, não era boa a relação conjugal entre o regente e sua esposa, Carlota Joaquina. Na época, ficou doente o príncipe, e por advento da enfermidade, arquitetou-se um plano para entregar as responsabilidades do governo nas mãos da princesa, na cerimônia do seu aniversário. O plano teria trazido complicações sérias para o governo, não fosse a prevenção a tempo graças a denúncia dos planos da princesa por sua camareira. Carlota Joaquina relata numa de suas cartas ao seu pai, Carlos IV rei da Espanha, a suas frustrações dentro da Corte portuguesa:

> "[...] com a maior consternação para dizer que o príncipe está cada vez pior da cabeça, e que por consequência tudo vai ser perdido, porque aquelas figuras estão cada dia mais absolutas, e que é chegada a ocasião de V.M. acudir-me e a seus netos, como V.M. verá pela carta anexa do marquês Ponte de Lima, porque a pressa e o segredo não dão lugar para mandar um papel assinado por toda, ou quase toda, a corte, eles me ofereceram, para que V.M. ordene, isto remediaria, mandando V. M. uma intimação que quer que eu entre no governo, e que não aceita réplica, e se der, será com armas na mão, para vingar das ofensas e grosserias que V.M. sabe que eles estão

> continuamente me fazendo, e amparar seus netos, que já não têm um pai capaz de cuidar deles. (DORES COSTA, PEDREIRA, Apud AZEVEDO, 2008, p. 146)"

Um pouco pela personalidade de D. João VI, um pouco pelo próprio descrédito da monarquia entre os conselheiros de Estado, Portugal surgia, no início do século XIX, como um império com pouco poder de decisão, fragmentado politicamente, e já que incapaz de arbitrar no cenário europeu, condicionado por ele. É desta natureza, portanto, que nascem a neutralidade e a posição defesa da monarquia na Europa.

Com a transferência da Família Real para o Brasil, porém, entramos numa nova etapa deste governo, e portanto, da própria Casa de Bragança. Aqui, como comentaremos mais a frente, a monarquia portuguesa como um todo muda de postura. No caso de D. João VI, por exemplo, "novo reino para novo rei (PREDREIRA; DORES COSTA, 2008)".

Mas como explicar D. João VI como protagonista de uma regência no Brasil se até então a situação era definitivamente contrária? A resposta está na reconstituição política do Estado feita a partir de uma situação completamente nova proporcionada pelo governo a partir do Rio de Janeiro. Em outras palavras, a trasladação fez com que todos da comitiva, principalmente ministros e conselheiros de Estado, se tornassem mais uma vez dependentes da única fonte de poder concreta dentro de uma monarquia absoluta, isto é, o rei, ou neste caso, o regente. Aqui, portanto, se invertem novamente as relações de poder dentro da monarquia:

> "O mais paradoxal de tudo, no entanto, era que o príncipe, que se encontrava numa situação extremamente precária, fugindo diante de um exército de ocupação com o apoio de uma potência estrangeira, sem nenhuma garantia de poder vir a retomar os seus territórios europeus, adquiria por esse mesmo fato uma autonomia para exercer o poder de que até então nunca verdadeiramente desfrutara. A sorte de todos que o acompanhavam na frota régia – dos ministros, dos aristocratas, dos magistrados e dos oficiais superiores – dependia em larga medida de sua vontade. Senhorios, rendas, cargos, parentelas e grupos, clientelas, redes de poder e influência, jogos de equilíbrio, tudo perdera valor. (PEDREIRA; DORES COSTA, 2008, p. 195)"

A transferência também marca alterações na condição portuguesa no cenário geopolítico do ocidente e na sua diplomacia. Se na Europa sua posição era defensiva, conciliadora, condicionada pelos eventos externos, no Brasil a Família Real é quem ditará os rumos do novo mundo, e se colocará a frente das negociações com a França e principalmente com a Espanha. Dentre as primeiras atitudes do governo joanino em

1808, reforçou-se os laços de aliança com a Inglaterra através de novos acordos econômicos, e declarou-se guerra aos franceses no dia primeiro de maio, por um decreto que também anulava eventuais tratados feitos entre as duas nações. No mesmo segmento, d. Rodrigo de Sousa Coutinho mandou carta – ofício de 13 de março – intimando o cabildo de Buenos Aires para que se colocasse sob proteção portuguesa.

Neste momento já existiam tensões entre França e Espanha. O Levante de Aranjuez, destronando Carlos IV e tirando de cena Manuel de Godoy, levou à corrosão gradativa do poder central espanhol. Dentre as consequências mais graves, a crise acarretaria na insubordinação de suas colônias, e posteriormente sua fragmentação. É no bojo deste processo que atuaria o governo português, na tentativa de arrogar para si a legitimidade de comando dos territórios americanos, condizendo com a nova postura diplomática agressiva da monarquia e do ofício encaminhado por d. Rodrigo de Sousa Coutinho.

É neste intuito que Carlota Joaquina, que costumeiramente tomava decisões sem conhecimento do regente, tentou conseguir da Junta Governativa de Sevilha – um grupo de resistência constituída depois do Levante de Aranjuez – o título de regente dos territórios hispano-americanos, pelo menos até que Fernando VII retomasse o poder. O plano “carlotista” como ficou conhecido, gerou poucos frutos, mas deu a tônica do novo governo instalado no Brasil. O avanço da política portuguesa no continente americano, se aproximando de uma política imperialista, trouxeram modificações para as relações diplomáticas entre Portugal e Espanha, e se na Europa eram os portugueses quem recavam hostilidades castelhanas, na América, agora ema os espanhóis quem receavam as ameaças portuguesas.

Como se vê, portanto, a transferência da Família Real marca de fato um cenário completamente diferente do europeu, com novos personagens e novos problemas, onde a monarquia portuguesa, com todas as contradições do seu regime, adota uma postura muito mais disposta e ativa do que fora na Europa.

Internamente, a monarquia reconstituiu seu Conselho de Estado, readquiriu seu prestígio, e viu D. João VI retomar as rédeas do seu governo. No campo externo, se tornou uma força perigosa na América, capaz de renegociar sua situação na Europa.

É este cenário, marcado por reviravoltas e contextos, que nos possibilita compreender com melhor exatidão a Família Real e suas atitudes, sobretudo após

sua transferência para o Brasil, que como analisaremos, abriu caminhos para a sua independência.

4. O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Até aqui, falamos bastante de Família Real, da monarquia, e de Portugal como um todo, dentro de um contexto muito específico do ocidente no início do século XIX. Explicado o contexto e seus personagens, podemos com mais segurança falar do processo de Independência do Brasil. A primeira coisa que precisamos considerar é que, assim como a transferência da Família Real modifica a estrutura política do império português, ela também traz modificações importantes para o Brasil, reconfigurando sua condição na América e dentro do próprio reino.

Entre o final do século XVIII e início do XIX, a colônia brasileira era um dos principais pilares da economia portuguesa. Sua estrutura, estava ligada ao Antigo Regime, marcado pelo exclusivo colonial, pelas políticas mercantis protecionistas, e também pela presença eclesiástica dentro das províncias. Quanto a questão geográfica, os principais postos administrativos se encontravam no litoral, dentre eles o do Rio de Janeiro, que depois se tornou com a transferência da Corte, a nova capital do Império.

A distância entre as províncias, a falta de comunicação entre elas e a coesão política, trazia heterogeneidade para colônia, tanto pela ótica cultural quanto administrativa. Dentro deste contexto, o Norte-Nordeste nutria relações econômicas e políticas bem diferentes, e até conflitantes, das do Centro- Sul, inclusive com a própria capital do reino, que até então era Lisboa. Por estes motivos, é que a palavra “Brasis” acabou ficando eternizada na historiografia brasileira.

Isso nos faz reconsiderar o modo como pensamos o Brasil no início do século XIX. Primeiro, porque o território era de fato uma colônia, e não uma potência propriamente dita com propuseram os primeiros historiadores da independência. Segundo, porque não havia de fato unidade, isto é, o Brasil não era uma coisa só.

Isso equivale a dizer, que num primeiro momento, não existia um projeto nacional, englobando todos os territórios da colônia, muito menos projetos independentistas. Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda:

> “Não parece fácil determinar a época em que os habitantes da América lusitana, dispersos pela distância, pela dificuldade de comunicação, pela mútua ignorância, pela diversidade, não raro, de interesses locais, começam a sentir-se unidos por vínculos mais fortes do que todos os contrastes ou indiferenças que os separam, e a querer associar esse sentimento ao desejo de emancipação política. No Brasil, as duas aspirações – a da independência e a da unidade – não

> nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas. (HOLANDA, 2001, p. 9)”

Casos específicos e claros de contestação da autoridade regional já tinham acontecido na colônia no final do século XVIII, através da Inconfidência Mineira de 1789 e da Conjuração Baiana de 1798, mas nunca passaram das fronteiras de suas províncias. Como bem coloca João Paulo Pimenta:

> “No Império Português de fins do século XVIII, a independência do Brasil não estava sendo preparada ou antecipada de nenhum modo. Nem pelas inconfidências das Minas e Bahia, nem por outros movimentos acusados de tramarem contra o poder real, como o que se suspeitou haver em torno dos membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, em 1794, ou a chamada conspiração dos Suassuna, em Pernambuco, em 1801. (PIMENTA, 2022, p. 46)”

Na sua conclusão:

> “Em outras palavras, não havia ainda condições de possibilidade para que a Independência ocorresse, tampouco ela era uma espécie de destino predeterminado da história colonial portuguesa. (PIMENTA, 2022, p. 46)”

Outro ponto que também temos que considerar, é que não necessariamente a Independência se constituía, como salienta João Paulo Pimenta, numa “espécie de destino predeterminado da história colonial portuguesa (PIMENTA, 2022)”, isto é, a independência poderia ter tomado outros rumos que não o do Brasil unido. A título de exemplo, temos neste período o caso da América espanhola, se fragmentando em várias repúblicas.

Corroborando com a situação brasileira, de muitas especificidades políticas e culturais dentro de um mesmo território, as possibilidades de desagregação entre as províncias do Norte-Nordeste e as do Centro-Sul eram relativamente consideráveis. Mesmo na Proclamação da Independência acontecerão conflitos, onde províncias só aceitarão a autoridade de D. Pedro I alguns meses depois do 7 de setembro.

Seja como for, a transferência da Família Real portuguesa marcará um verdadeiro ponto de virada para o Brasil. As instituições por ela criadas, as suas ações no campo econômico, político e diplomático, alterarão a sua condição de colônia, lhe concedendo um contexto em que se acirraram cada vez mais os interesses de portugueses peninsulares e portugueses americanos. É desta nova situação, que nascerá a Independência do Brasil em 1822.

4.1 A NOVA CONDIÇÃO DA COLÔNIA BRASILEIRA E SUA ELEVAÇÃO A REINO

Com a transferência da Corte, a condição que assume a colônia brasileira é a de sede do Império Português. As primeiras medidas da monarquia, portanto, nascerão da necessidade de readequação dentro deste novo cenário.

D. João VI chega ao Brasil já nos primeiros meses de 1808, desembarcando na Bahia no dia 24 de janeiro, e depois no Rio de Janeiro no dia 8 de março, constituindo o local como a nova capital. Foram nomeados para a primeira composição do governo d. Fernando José de Portugal, como ministro assistente ao despacho, presidente do Real Erário e ministro dos Negócios do Brasil; d. Rodrigo de Souza Coutinho, como ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; Visconde de Anadia, para Marinha e Ultramar, e d. Pedro Carlos, como Almirante General da Marinha Real.

Dentre as primeiras medidas, o novo governo, como já comentamos, procurou combinar uma política agressiva, mas também prudente, reforçando suas fronteiras – essas muito largas e extensas devido seu território de proporções continentais – ao mesmo tempo que tentava blindar seus súditos dos ideais revolucionários correntes no período. Para tanto, fundou a imprensa régia no Brasil, a Gazeta do Rio de Janeiro, periódico pelo qual fazia circular decretos, notícias e notas oficiais do governo.

Quanto a questão econômica, a administração de D. João VI tratou de abrir os portos do Brasil para as nações amigas e neutras assim que chegou à Bahia por carta régia de 28 de janeiro. Com a nova condição, o Brasil rompia de vez com o monopólio português, dado através do exclusivo colonial, característico das políticas protecionistas do sistema econômico mercantil, pelo qual todos os produtos da colônia tinham que primeiro passar pela metrópole para depois serem comercializados no resto da Europa. Pela medida, ficava permitido a exportação de todos os gêneros da colônia, além de permitir a importação de mercadorias de outras nações, desde que tivessem boas relações com a monarquia portuguesa.

O decreto, para além de uma abertura econômica, também procurou fortalecer os laços de Aliança com a Inglaterra, cumprindo os termos da convenção de 22 de outubro. Esses laços foram depois reforçados pelos tratados de 19 de fevereiro 1810: um de aliança e amizade outro de comércio e navegação. Em termos gerais, a Inglaterra se comprometia a não reconhecer autoridade na Europa que não a da casa

de Bragança, além de facilitar a importação dos principais produtos brasileiros, como açúcar, tabaco, algodão e couros. Em contrapartida, Portugal reduzia drasticamente as taxas alfandegárias para produtos ingleses, e ratificava a instalação de um porto franco na Ilha de Santa Catarina, além de se comprometer com a abolição gradual do tráfico de escravizados.

Outro efeito importante da transferência, este, um dos mais fundamentais para o processo de Independência, foi a institucionalização do Brasil. Porém, precisamos colocar essa institucionalização dentro de um contexto. Por muito tempo dentro do debate historiográfico, as instituições criadas no Brasil durante o período joanino foram usadas como argumento para se referir à monarquia e seus personagens como heróis, no sentido de serem estes os responsáveis por melhorarem o Brasil, e colocá-lo nos trilhos da emancipação. Mas como bem comenta João Paulo Pimenta "[...] Essa afirmação não faz sentido. A intenção do príncipe e de seu governo não era melhorar o Brasil, mas a partir dele, fortalecer o Império Português [...] (PIMENTA, 20220". Também podemos considerar que as primeiras instituições surgem de uma necessidade básica de um governo recém criado, ou seja, da necessidade de garantir a funcionalidade do Estado:

> "A solução institucional encontrada, embora tomasse como referência alguns dos principais tribunais régios da monarquia que funcionavam na Corte de Lisboa, reunindo as competências que lhes estavam atribuídas, representava uma resposta mais simples e uma concentração de meios que correspondia à necessidade de pôr imediatamente em funcionamento os aparelhos que possibilitassem retomar o procedimento normal do despacho régio. (PEDREIRA; DORES COSTA, 2008, p. 265)"

É para tanto, que já no dia 22 de abril de 1808, o governo criou um tribunal superior no Brasil, a Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, responsável em grande parte por assuntos eclesiásticos. No dia 10 de maio do mês seguinte fundou outro órgão, a Casa de Suplicação, um tribunal de última instância que melhorava o sistema de justiça.

Por alvará de 28 de junho, também criou o Real Erário e o Conselho da Fazenda, este último responsável por assumir as pendências do antigo Conselho Ultramarino, até então encarregado da jurisdição das ilhas dos Açores, da Madeira, e das colônias na África e na Ásia. Ainda no mês de agosto e outubro do mesmo ano, nos dias 23 e 12 respectivamente, houve tempo para a criação da Real Junta de

Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e do Banco do Brasil, com o objetivo de fomentar o comercio e a economia da colônia.

No âmbito militar, no dia primeiro de abril, ainda em 1808, fundou-se o Conselho Supremo Militar e de Justiça, tendo como responsabilidades a nomeações, promoções, julgamentos e requerimentos. Um mês depois, também foi criada a Academia dos Guardas da Marinha, para tomar conta dos arsenais de guerra, ao mesmo tempo que fundava o arquivo Real Militar, para a conservação de mapas e documentos importantes referentes ao território brasileiro.

Ainda dentro deste contexto, no intuito de formar pessoas para o serviço militar, seria criado dois anos depois, em 1810, a Real Academia Militar, que ministrava cursos como química, física, ciências militares e táticas de guerra. A mesma natureza formativa tinha o decreto de 5 de novembro de 1809, pelo qual se deveria criar a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, que além de integrar o projeto militar, também atendia à saúde pública.

As transformações acarretadas pela transferência também alcançaram o campo cultural e educacional da colônia. Em 1808, a 18 de fevereiro foi criada a escola médica da Bahia, e a 5 de novembro a do Rio de Janeiro. A já citada imprensa régia, responsável pela publicação de decretos, alvarás e notícias, entrou em funcionamento a partir do dia 13 de agosto. A Biblioteca Nacional foi aberta ao público em 1812, e dois anos depois, a 12 de outubro de 1814, foi inaugurado o Real Teatro de São João no Rio de Janeiro.

Aqui, a elevação da colônia brasileira a reino junto a Portugal e Algarves, por decreto de 16 de dezembro de 1815, aparece quase que como para coroar todas as modificações que, gradativamente, aconteceram no Brasil desde a transferência da Família Real. Em outras palavras, temos o reconhecimento de uma nova condição do Brasil. A elevação, também dava resposta a uma posição inconveniente da monarquia dentro do cenário internacional, que não mais governava de uma colônia, mas da própria nova capital de seu Império. No mais, a medida reforçava os laços territoriais de Portugal e Brasil, fazendo deles uma só nação. Nas palavras de Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa:

> “Reconhecimento da extensão territorial, da riqueza e da posição geográfica do Brasil; reafirmação da união e da identidade entre Brasil e Portugal; necessidade de formalizar a elevação do Brasil à categoria em que fora internacionalmente graduado pelos representantes das potências no Congresso de

> Viena – eis as razões invocadas para que o Brasil deixasse de constituir um domínio ou um Estado da monarquia portuguesa e passasse a formar um reino em si mesmo, exigindo por isso, de modo a conservar a união entre os territórios que a compunham, a formação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. (PEDREIRA, DORES COSTA, 2008, p. 304)"

O fato é que, a partir da transferência temos o Brasil cada vez mais autônomo perante Lisboa. Além do mais, por óbvio, encontramos a Família Real dentro deste processo, sendo o motor dos acontecimentos e dos destinos tanto de Brasil, quanto de Portugal.

4.2 AS REVOLUÇÕES E O ACIRRAMENTO DAS FORÇAS DENTRO DO REINO

Há que se considerar que, com o governo joanino, que se estenderá de 1808 até 1821, temos não apenas mudanças estruturais no Brasil, mas também na relação de forças dentro do Império Português. Para além das instituições, das problemáticas econômicas e sociais, temos as consequências destas medidas, sendo estas as que preparam o caminho para a Independência. Dentre as consequências, temos duas fundamentais para a conclusão deste processo, e que, em última instância, estão atreladas ao acirramento destas forças. A primeira, é a questão Norte-nordeste e o Centro-sul; a segunda, a relação do próprio Brasil com Portugal.

As transformações ocorridas dentro da colônia brasileira atingiram suas regiões em diferentes níveis. Evidentemente, as províncias que se localizavam mais próximas a Família Real, isto é, do Rio de Janeiro, acabaram se beneficiando mais. Como já comentamos algumas páginas atrás, o Brasil, neste período, de proporções continentais, tinha suas províncias demasiado afastadas umas das outras, localizadas predominantemente em áreas litorâneas, e nem sempre com projetos políticos ou econômicos coesos. Em outras palavras, o que acontece com a transferência da Família Real é o acentuamento da preeminência do Centro-sul em relação ao Norte-nordeste. Territorialmente longe dos benefícios e privilégios do Rio de Janeiro, atrelado também a um fator oneroso causado pelo aumento dos impostos, posto que não era nada barato sustentar uma Corte com toda a sua estrutura, o Norte-nordeste passará, cada vez mais, a contestar a autoridade do Centro-sul.

A título de exemplo, temos a Revolução Pernambucana de 1817. Sendo a convocação militar para as tropas imperiais que lutavam na Banda Oriental o estopim, além de outros motivos como o já citado aumento da carga tributária, da queda dos

preços do algodão no comércio internacional, somada a carestia pela qual passava Pernambuco neste período, os revolucionários deram início aos conflitos no dia 6 de março de 1817. A Revolução, diga-se de passagem, envolveu os mais diversos setores de Pernambuco, dentre eles agricultores, comerciantes, grandes proprietários, parte do clero, e até mesmo ex-escravizados, todos descontentes com a nova situação instaurada pela Corte, pela qual não enxergavam compensação. A primeira resposta veio do governador da Bahia – Conde dos Arcos – que despachou militares e navios armados contra Recife. No dia 2 de abril, a Corte também enviou uma esquadra naval, no intuito de cercar a cidade. A 4 de maio, despachou cerca de 3 mil homens para o combate. No dia 20, já com poucos recursos em decorrência do bloqueio, 6 mil pessoas que compunham o partido revolucionário deixaram Recife e partiram para Olinda. As tropas mandadas pela Corte chegaram no final de junho, já com a Revolução praticamente suprimida. Restabelecida a ordem, doze rebeldes foram executados pela comissão militar, formada para julgar os revolucionários.

O acontecimento explicita o descontentamento de alguns grupos, sobretudo das províncias menos favorecidas pela presença da Coroa no Brasil dentro do Império Português. Este conflito também seria sentido alguns anos depois com assembleia constituinte de Lisboa, criada pós Revolução do Porto. Esta, aliás, marca mais um ponto de virada para o reino português, e mostra o acirramento das forças entre Brasil e Portugal.

Em síntese, com a transferência da Família para o Brasil, a crise, que já existia em Portugal, foi agravada. Em 1807, no mesmo dia que partiu a Família Real, entraram em Lisboa as tropas francesas comandadas pelo General Junot. A Inglaterra, sob o comando do Marechal Beresford então deu início por conta própria, e muitas vezes sem o consentimento da Coroa portuguesa, um processo de reconquista do seu território. Como estratégia de guerra, os ingleses adotaram a política de “terra arrasada”, pela qual se destruía os campos agrícolas portugueses no intuito minar o abastecimento inimigo. A guerra, junto a estratégia britânica, acabou afundando um economia portuguesa já a muito debilitada.

Ademais, a população portuguesa ficou particularmente ressentida com a partida. Na verdade, os principais setores do Estado consideraram os acontecimentos como uma espécie de abandono. O exército irritava-se pela presença inglesa na sua composição, tendo que atender na maioria das vezes o comando de Beresford.. Os

comerciantes de portugueses foram gravemente afetados pelos tratados entre Brasil e Inglaterra. E para piorar, a questão da Banda Oriental, que se iniciou com a política agressiva da Corte no Brasil, era constante causa de críticas ao governo joanino, posto que as expedições consumiam recursos e tropas que poderiam muito bem auxiliar Portugal na Europa. Fruto desta insatisfação, atrelada a má vontade da Família Real de retornar a Portugal, mesmo após a queda definitiva do Império Napoleônico em 1815, é que temos a Revolução do Porto de 1820.

O movimento vintista, como ficou conhecido, estourou no dia 24 de agosto, na cidade do Porto através de um pronunciamento militar. Não se colocava em xeque a figura do rei, mas, assim como no caso da Espanha, que em janeiro do mesmo ano tinha protagonizado a Revolução de Cádiz, exigia-se uma constituição, a limitação dos poderes do rei, e seu retorno imediato para Portugal. Neste momento, formaram-se duas frentes de governo, uma oficial, e outra composta pelos revolucionários: a Junta de Regência e a Junta do Porto. No dia 27 de setembro, através de um acordo, os governos se unificaram. A Regência, entendendo que o caso português dificilmente teria volta, decidiu cooperar, e no dia 6 de outubro enviou uma carta para o Brasil, pela qual se davam notícias da revolta, e suplicava o retorno e a cooperação do rei para os trabalhos constitucionais. O governo então foi dividido em dois setores, a Junta Provisional do Supremo Governo do Reino e Junta Preparatória das Cortes. Esta última, ficava responsável por preparar o terreno para os trabalhos constituintes que aconteceriam em Lisboa no ano seguinte.

As eleições em Portugal para escolher os deputados que iriam compor a assembleia constituinte ficaram previstas para o dia 10 de outubro. As notícias da Revolução chegaram ao Rio de Janeiro sete dias depois. No Brasil, levando em consideração as já citadas diferenças de interesses e relações político-econômicas das regiões brasileiras, as províncias do Norte-nordeste, mais ligadas a Portugal do que com o próprio Rio de Janeiro, aderiram ao movimento revolucionário já nos primeiros meses de 1821.

A primeira província a se declarar a favor da Revolução foi a do Pará, no dia 1 de janeiro, seguida da Bahia a 10 de fevereiro, e pela pressão, o Rio de Janeiro a 26 do mesmo mês. Outras províncias também optaram pela adesão nos meses seguintes. Só com muita relutância, é que D. João VI decidiu retornar para Portugal no dia 26 de abril, deixando porém seu filho, D. Pedro I, no Rio de Janeiro.

Os trabalhos constituintes em Portugal foram abertos já no dia 24 de janeiro de 1821. No começo, contou apenas com deputados portugueses. Os deputados do Brasil só integrariam a assembleia meses depois. Os primeiros a chegarem seriam os deputados de Pernambuco, no mês de agosto. Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Maranhão seriam os próximos. Os deputados de Minas Gerais e da Cisplatina não chegaram a participar da assembleia.

Com relação a composição heterogênea dos projetos das províncias brasileiras comenta João Paulo Pimenta:

> "A escolha dos deputados não foi feita em bloco: não havia, portanto, uma deputação do Brasil ou de Portugal, mas sim de cada província daqueles reinos. Cada grupo de representantes carregava instruções, orientações ou demandas de seus locais de origem, e nenhum deles se considerava, de início, unido aos de outras províncias por interesses comuns supostamente brasileiros. Todos eram portugueses. Afinal, embora tivesse se tornado sede da Corte em 1808 e reino em 1815, o Brasil não era uma unidade política coesa e coerente. Ainda não. E o desenrolar dos trabalhos constituintes em Lisboa acabaria por criar, sem querer, essa unidade. (PIMENTA, 2022, p. 86)"

É durante os trabalhos constituintes, porém, que existirá gradativamente a formação de um bloco composto por interesses essencialmente brasileiros, e outro de interesses portugueses, marcando justamente o acirramento dessas forçar de modo mais enfático. Portugal entendia, dado a crise que vivia, que eram necessárias revogações de certas medidas e privilégios concedidos ao Brasil, para que então o Estado pudesse se regenerar. A questão serviu de argumento, principalmente para os deputados de São Paulo, para que se criasse a ideia de recolonização. Evidentemente, não se tratava necessariamente de uma "recolonização", todavia, existiam de fato intenções pelas quais a nova condição do Brasil saia prejudicada. A partir disso, portanto, é que temos uma crescente polarização dentro do reino, que causará, em última instância, o rompimento entre os dois territórios.

Para Helio Franchini Neto, mestre em História pela Universidade de Brasília (UnB):

> "Inicialmente apoiada pelos portugueses do reino do Brasil, em detrimento do poder central do Rio de Janeiro, as Cortes aos poucos foram sendo vistas como uma ameaça aos interesses de setores brasileiros. Para esses grupos, com o desenrolar dos trabalhos constituintes, 'regeneração' passou a soar como 'recolonização'. (NETO, 2019, p. 20)"

4.3 A FAMÍLIA REAL COMO CENTRO DO PROCESSO

É por esta gama de eventos que podemos considerar a Família Real como um dos elementos centrais do processo de Independência do Brasil. As suas atitudes no governo português entre 1808 e 1821 acarretaram consequências das quais gradativamente se abrem espaço para o acirramento das forças dentro do reino.

Em outras palavras, a trasladação trouxe, evidentemente, coisas positivas para o Brasil; por outro lado, criou-se um mal relacionamento com outras províncias, mais distantes do Rio de Janeiro, e depois com o próprio Portugal. Este conflito, irreconciliável já com a assembleia constituinte de 1822, dará a tônica dos movimentos separatistas entre os reinos.

No mais, mesmo após o seu retorno para Lisboa, a Família Real continuou fazendo presença no Brasil, através da figura de d. Pedro I, este, concluirá o processo, nem sempre coeso, tão pouco assertivo, do território independente.

4.4 A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

A proclamação da Independência acontece, portanto, graças a cisões dentro do Império Português. Com a evolução dos trabalhos constituintes de Lisboa, o que temos são divergências cada vez mais acentuadas entre projetos políticos, econômicos e sociais entre os dois territórios, que no final levará a sua separação.

Depois da partida da Corte, o governo ficou composto por um conselho de quatro ministro: Carlos Frederico de Caula como ministro dos Negócios da Guerra; Marcos Noronha Brito no posto de negócios do Reino do Brasil; Diogo José de Eça Menezes no cargo de Negócios da Fazenda, e Manuel Antônio Farinha como ministro de Negócios da Marinha. Na regência, ficou d. Pedro I, com muitas dificuldades para estabelecer sua autoridade perante as demais províncias, ainda mais com o golpe duro dos decretos de 29 de setembro de 1821 proporcionados pelas decisões da constituinte, que na prática anulavam a proeminência política da capital, davam mais autonomia para as outras capitanias, e intimava o regente a voltar para Portugal. Neste contexto, também ficava previsto o envio de um governador de armas para cada província, para que tomassem conta dos exércitos locais e prestassem satisfação apenas às autoridades de Portugal. Os decretos, que acabaram sendo bem recebidos no Norte-nordeste, foram veemente reprovados pelo Centro-Sul.

D. Pedro I, descontente com as decisões da assembleia constituinte, decidiu desacatar suas ordens. O processo se arrastou até o ano seguinte. No dia 9 de janeiro de 1822 o príncipe reafirmou o seu desejo de permanecer no Brasil, a data seria depois lembrada como o “Dia do Fico”. Sete dias depois, reestruturou seu ministério, colocando José Bonifácio de Andrada e Silva como homem forte de sua política. Pouco a pouco D. Pedro rompia através de descumprimentos das ordens régias, e canalizava os interesses dos grupos contrários às cortes. Em 3 de junho convocou uma assembleia constituinte, com o objetivo de discutir uma constituição para o Brasil, separada da de Portugal. Com o agravamento das relações com a corte de Lisboa, D. Pedro publicou um decreto, datado do dia 1 de agosto, que dizia que quaisquer navios de outras nações que desembarcassem no Brasil sem seu consentimento seriam considerados hostis.

No mês de agosto, o projeto de independência do Brasil começou a dar passos largos. No dia 14, D. Pedro rumou em comitiva para São Paulo, para conter um conflito eclodido pela oposição que ficou depois conhecida como a “Bernarda de Francisco Inácio”. Passando por vilas e cidades como Lorena, Guaratinguetá e Mogi das Cruzes, alcançaram a capital no dia 25, depois, desceram a cidade de Santos. No dia 18 atracou no Rio de Janeiro o brigue Três Corações, trazendo mais más notícias para o príncipe. Neste momento, José Bonifácio junto a princesa Leopoldina, empossados do governos na ausência do regente, mandaram cartas para o príncipe, as quais foram recebidas no dia 7 de setembro pela comitiva, durante o retorno da cidade de Santos. Lidas as cartas, e com alguma solenidade, entendendo que a situação chegara a uma posição insustentável, D. Pedro proclamou a independência do Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para todos os efeitos, a presença da Família Real no Brasil marca um ponto de virada para a colônia. Como comentado, de início não se tinha de fato projetos independentistas, estes, chegaram com as mudanças proporcionadas pela Corte instalada no Rio de Janeiro..

As instituições fundadas pelo governo joanino, que num primeiro momento, aconteceram no intuito de adequar o reino a nova situação no cenário geopolítico, alçaram o Brasil a uma nova condição, mais especificamente a de reino, junto a Portugal e Algarves. As novas medidas, porém, trouxeram polarização, dentro do território brasileiro e dentro do Império português, causando em última instância a separação destes interesses pela emancipação do Brasil.

Há que se considerar também, que ao contrário do que se consagrou pela historiografia tradicional do centenário da Independência, o processo de separação não foi pacífico, muito menos fruto de um projeto nacional essencialmente brasileiro proporcionado pela Casa Real de Bragança. Isso também nos possibilita dizer, que não existia uma inevitabilidade de um Brasil independente e unido, isto é, a independência, naquele contexto, poderia ter tomado outros rumos, como no caso da América espanhola, fragmentada em vários Estados autônomos. No Brasil, não se descartava a possibilidade, já que o território também teve suas polarizações.

Seja como for, todo o processo, que ocorre desde a decisão pela transferência da Família Real em 1807, até a proclamação da Independência por d. Pedro I em 1822, temos a Corte portuguesa como uma espécie de motor dos acontecimentos. Suas atitudes a frente do governo neste intervalo de tempo mudaram definitivamente os futuros do território americano, e também do europeu.

REFERÊNCIAS

CALMON, Pedro. História do Brasil. Vol. IV. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

COSTA, Maria de Fátima; DIENER, Pablo. Spix e Martius: Relatórios ao Rei. Rio de Janeiro: Capivara, 2018

HOLANDA, Sérgio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico, tomo II: O Processo de Emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

LIMA, Manuel de Oliveira. Dom João VI no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

LIMA, Manuel de Oliveira. O Movimento da Independência (1821-1822). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1989.

NETO, Helio Franchini. Independência e Morte: Política e Guerra na Emancipação do Brasil (1821-1823). Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. D. João VI: Um Príncipe Entre Dois Continentes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PIMENTA, João Paulo. A Independência do Brasil e a Experiência Hispano-Americana (1808-1822). São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2015.

POMBO, Rocha. História do Brasil. Vol. IV. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira, 1953.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

.